

**14º CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 3ª REGIÃO**

**INSTRUÇÕES DA PRIMEIRA PROVA ESCRITA
09 DE MARÇO DE 2008**

1. **Aguarde** a autorização para a abertura do **CADERNO DE QUESTÕES**.
2. Junto com o **CADERNO DE QUESTÕES**, você está recebendo a **FOLHA DE RESPOSTAS**. São documentos **independentes**.
3. Na **FOLHA DE RESPOSTAS**, você vai anotar as suas respostas. **Sem rasuras**. Com caneta azul ou preta. **Não use** a letra "X" para a marcação das respostas. Preencha o campo das respostas, na **FOLHA DE RESPOSTAS**, sem ultrapassar o campo retangular próprio. Você é **responsável** pela fidelidade das respostas e pelo cuidado no preenchimento da **FOLHA DE RESPOSTAS**. A correção da primeira prova escrita é operada por sistema eletrônico de leitura, similar ao utilizado nos cartões de loteria.
4. Na **FOLHA DE RESPOSTAS**, a questão sem resposta escolhida ou com mais de uma assinalada será considerada como erro.
5. Na **FOLHA DE RESPOSTAS**, a aposição de **identificação** ou de qualquer sinal indicativo da autoria da prova importará a eliminação do candidato no concurso.
6. Ao término de sua prova, assine no rodapé da **FOLHA DE RESPOSTAS**. Destaque um da outra, para a entrega separada de ambos para o Fiscal.
7. **Não tem validade** a resposta anotada no **CADERNO DE QUESTÕES**.
8. O **CADERNO DE QUESTÕES** poderá ser levado pelo candidato **após** o encerramento do prazo de **4 horas**.
9. **Não** será permitida qualquer espécie de **consulta a textos**. A transgressão importará a eliminação do candidato no concurso, com a apreensão da prova.
10. A **improbidade**, a **indisciplina** ou a **falta de decore** do candidato implicará a apreensão da prova e, a critério da Comissão Examinadora, a eliminação do candidato no concurso.
11. Após a entrega da **FOLHA DE RESPOSTAS** ao Fiscal, o candidato **não** poderá permanecer na sala ou no estabelecimento utilizado como sede do exame.
12. O gabarito estará disponível no site www.trf3.gov.br, assim como outras informações relevantes do concurso.

Roteiro das questões:

CONSTITUCIONAL – 1 a 10
INTERNACIONAL – 11 a 20
PROCESSO CIVIL – 21 a 30
TRIBUTÁRIO – 31 a 40
EMPRESARIAL E COMERCIAL – 41 a 50
SEGURIDADE SOCIAL – 51 a 60
ADMINISTRATIVO – 61 a 70
PENAL – 71 a 80
PROCESSUAL PENAL – 81 a 90
CIVIL – 91 A 100

14º Concurso Público para Provisamento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região

1) Desde a Constituição de 1891 o Brasil adotou um modelo federal, republicano e presidencialista, inspirado na experiência constitucional:

- a) dos Estados Unidos da América.
- b) da França, que adotara o modelo desde quando teorizado no século XVIII pelo Barão de Montesquieu.
- c) da Confederação Helvética.
- d) da República Federal da Alemanha.

2) Entre os fundamentos da República a Constituição arrola:

- a) a defesa da paz e o repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- b) a democracia e os direitos humanos.
- c) a soberania nacional e a função social da propriedade.
- d) o pluralismo político e a dignidade da pessoa humana.

3) O processo legislativo não compreende, no Brasil contemporâneo, a elaboração de:

- a) leis delegadas.
- b) decretos-leis.
- c) decretos legislativos.
- d) medidas provisórias.

4) Sobre a Justiça Eleitoral do Brasil, assinale a única afirmação que não é correta:

- a) Realiza um trabalho que, em diversos outros países, é confiado ora a uma repartição do governo, ora a uma espécie de consórcio de partidos políticos.
- b) É integrada por juízes da União, dos Estados e do Distrito Federal, todos atuando por tempo limitado nesse ofício.
- c) Só toma decisões *ex officio* ou a requerimento do Ministério Público eleitoral.
- d) Julga, mas também administra o processo eleitoral, e ainda, por seu Tribunal Superior, freqüentemente elabora normas, por incumbência do Congresso Nacional.

5) Os juizados especiais:

- a) podem ser criados tanto pela União quanto pelos Estados.
- b) devem ser providos unicamente por juízes togados.
- c) não podem admitir, em hipótese alguma, a transação.
- d) cuidam somente de matéria cível.

6) O Distrito Federal:

- a) pode ser dividido em municípios.
- b) pode ser objeto de intervenção federal.
- c) não tem casa legislativa própria, para ele legislando o Senado Federal.
- d) Não dispõe de orçamento próprio.

7) A Constituição não inclui entre os bens da União:

- a) as terras ocupadas pelos índios.
- b) as terras ocupadas pelos remanescentes dos quilombos.
- c) o mar territorial.
- d) os sítios arqueológicos.

14º Concurso Público para Provedimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região

8) A Constituição não admite:

- a) indenização à vítima do erro judiciário.
- b) indenização ao preso além do tempo fixado na sentença.
- c) produção, no processo, de provas obtidas por meios ilícitos.
- d) ação privada nos crimes de ação pública.

9) De todo Ministro de Estado a Constituição exige:

- a) idade superior a 25 anos.
- b) nacionalidade brasileira originária.
- c) exercício dos direitos políticos.
- d) reputação ilibada.

10) Não figura entre as competências do Conselho de Defesa Nacional:

- a) opinar sobre o uso do mar territorial e da zona econômica exclusiva.
- b) opinar sobre a decretação do estado de sítio.
- c) opinar sobre a decretação da intervenção federal.
- d) estudar iniciativas relacionadas com a defesa do Estado democrático.

11) No tráfego aéreo civil internacional, as liberdades de sobrevôo e escala técnica:

- a) dependem de tratado bilateral entre o Estado territorial e o Estado patrial da aeronave.
- b) são garantidas por norma costumeira de direito internacional geral, independentemente de qualquer tratado.
- c) dependem da discricção do Estado territorial, que pode estabelecer rotas diferenciadas conforme a nacionalidade das aeronaves.
- d) dependem de que os dois Estados envolvidos sejam partes no tratado constitutivo da Organização da Aviação Civil Internacional.

12) No contencioso internacional público, a sentença arbitral é:

- a) definitiva e obrigatória mas, em regra, não-executória.
- b) recorrível, em regra, mas não obrigatória nem executória.
- c) recorrível, em regra, mas sempre obrigatória e executória.
- d) definitiva mas, em regra, não obrigatória nem executória.

13) Na sentença arbitral do caso Canevaro (1912) ficou assentado que:

- a) a proteção diplomática do apátrida pode ser exercida por qualquer Estado que a tanto se disponha.
- b) uma organização internacional tem legitimidade para exercer a proteção de um funcionário seu, mesmo contra o respectivo Estado patrial.
- c) nenhum Estado pode exercer a proteção diplomática de um nacional seu contra Estado do qual a mesma pessoa tenha também a nacionalidade.
- d) nenhum Estado pode exercer a proteção diplomática de uma empresa constituída em seu território e na conformidade de suas leis, mas cujos acionistas sejam todos nacionais de outro Estado.

14º Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região

14) No parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça sobre o caso Bernadotte (1949) ficou assentado que:

- a) tanto o Estado patrial de um funcionário das Nações Unidas quanto a própria organização têm, em princípio, legitimidade para protegê-lo contra o Estado que lhe tenha causado dano mediante ato ilícito.
- b) só o Estado patrial do funcionário tem legitimidade nessa mesma hipótese.
- c) a proteção funcional é impossível se o causador do dano, mediante ato ilícito, não for membro das Nações Unidas.
- d) a proteção funcional é impossível se o causador do dano, mediante ato ilícito, for o próprio Estado patrial do funcionário das Nações Unidas.

15) Quanto ao processo de negociação, o que distingue as convenções internacionais do trabalho de todos os demais tratados coletivos é:

- a) o envolvimento de representantes de classe dos trabalhadores e dos empregadores.
- b) o fato de dar-se a negociação no âmbito de uma organização internacional.
- c) a impossibilidade da ratificação com reservas.
- d) a não-obrigatoriedade da ratificação pelos Estados negociadores.

16) O asilo diplomático:

- a) é um instituto de direito costumeiro e convencional, consagrado pela Declaração Universal dos Direitos do Homem.
- b) é sempre uma situação provisória, conducente ao asilo territorial.
- c) pode dar-se no caso de crimes de direito comum.
- d) é um instituto de direito internacional regional, só adotado no âmbito da União Européia.

17) No julgamento do *habeas corpus* de Ronald Biggs (1974) o Tribunal Federal de Recursos (hoje STJ) assentou:

- a) que a competência para o julgamento do pedido de extradição não é exclusiva do Supremo Tribunal Federal.
- b) que não se pode conceder a extradição de brasileiro, ainda que naturalizado.
- c) que a deportação não pode fazer as vezes de uma extradição que a lei brasileira não admite.
- d) que a paternidade de filho brasileiro torna o estrangeiro insuscetível de ser extraditado.

18) A responsabilidade internacional do Estado tem como pressupostos:

- a) o ato ilícito, a imputabilidade, o dano.
- b) o ato ilícito, o dolo, o risco.
- c) o ato lesivo (ainda que lícito) e o dano.
- d) o ato lesivo (ainda que lícito) e a imputabilidade.

19) O *exequatur*, no Brasil, é uma espécie de "cumpra-se" dado pela jurisdição competente:

- a) à sentença estrangeira.
- b) ao pedido de extradição.
- c) à carta rogatória.
- d) às credenciais do agente diplomático estrangeiro.

14º Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região

20) A competência internacional do juiz brasileiro:

- a) pode fundar-se na eleição contratual do foro brasileiro, sem outro fator determinante.
- b) é exclusiva no caso de ser o réu domiciliado no Brasil.
- c) pressupõe cumulativamente o domicílio do réu, a celebração do contrato e o cumprimento da obrigação no Brasil.
- d) é exclusiva quando o litígio diz respeito a imóvel situado no Brasil.

21) Dentre as proposições que se seguem, assinale a correta.

I - A sentença proferida por Vara da Justiça Federal, transitada em julgado, que contenha obrigação de pagar quantia inferior a sessenta salários mínimos, acertada entre o autor e a ECT, deve ser requisitada mediante precatório, sem necessidade de execução.

II - Em caso de pagamento de obrigação que supere o pequeno valor previsto em lei que a União deva fazer em virtude de sentença transitada em julgado, dispensa-se a execução do art. 730 do Código de Processo Civil, se as partes estiverem de acordo com o valor do débito.

III - Segundo o Plenário do Supremo Tribunal Federal, nas execuções do art. 730 do Código de Processo Civil, não embargadas, são devidos os honorários de advogado, excluídos os casos de pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor.

IV - O valor pago, sem necessidade de precatório, relativo à obrigação de quantia certa inferior ao limite legal, implica vedação à expedição de precatório complementar.

- a) todos os enunciados I, II, III e IV estão incorretos.
- b) apenas os enunciados I, II e IV estão incorretos.
- c) apenas os enunciados II, III e IV estão incorretos.
- d) apenas os enunciados I, III e IV estão incorretos.

22) Dentre as proposições que se seguem, assinale a correta.

Poderá ser dispensada a citação:

I - Quando a matéria controvertida for unicamente de fato e no juízo já houver sentença de total improcedência em outros casos idênticos.

II - Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e de fato e no juízo já houver sentença de total procedência em outros casos idênticos.

III - Quando a questão de mérito for unicamente de direito, ou, sendo de direito e de fato, não houver necessidade de produzir prova em audiência.

IV - Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sentença de total improcedência em outras ações cautelares idênticas.

V - Não se dispensa a citação em nenhuma hipótese, porque obsta o contraditório.

23) Dentre as proposições que se seguem, assinale a correta.

I - A prioridade na tramitação de processo judicial é assegurada a quem figure como parte com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos.

II - É razoável ordenar o bloqueio de verba pública, no caso de o agente estatal descumprir ordem judicial de aquisição e fornecimento de remédio, em decorrência de grave estado de saúde do demandante.

III - São incabíveis embargos de devedor opostos em execução em curso perante Vara Federal, cujo pagamento terá de ser feito mediante requisição de pequeno valor.

IV - Na execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, citar-se-á a devedora para opor embargos em 10 (dez) dias, salvo relativamente às demandas de benefícios previdenciários e de benefícios assistenciais de prestação continuada, cujo prazo é de 30 (trinta) dias.

- a) os enunciados I, II e III estão incorretos.
- b) os enunciados I, II e IV estão incorretos.

14º Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região

- c) os enunciados II, III e IV estão incorretos.
- d) os enunciados I, III e IV estão incorretos.

24) Dentre as proposições que se seguem, assinale a correta.

- I - Compete à Justiça Estadual processar e julgar execução fiscal movida por autarquia federal contra empresa pública federal estabelecida em comarca que não é sede de Vara da Justiça Federal.
 - II - O prazo para oferecer embargos à execução fiscal é de 30 (trinta) dias, contados da intimação pessoal da penhora.
 - III - Todas as exceções processuais deverão ser argüidas como preliminares nos embargos à execução fiscal, exceto as de suspeição, incompetência e impedimento.
 - IV - A Fazenda Pública poderá adjudicar os bens penhorados, havendo licitantes no leilão, com preferência, em igualdade de condições com a melhor oferta, no prazo de 30 (trinta) dias.
- a) todos os enunciados I, II, III e IV estão corretos.
 - b) apenas os enunciados I e IV estão corretos.
 - c) apenas os enunciados III e IV estão corretos.
 - d) todos os enunciados I, II, III e IV estão incorretos.

25) Dentre as proposições que se seguem, assinale a correta.

- I - Na exceção de incompetência, a petição pode ser protocolizada no juízo do domicílio do réu, com remessa ao juízo que determinou a citação.
 - II - Correm os prazos contra revel, não representado nos autos, independentemente de intimação, mas a partir da publicação do ato decisório.
 - III - Fazem a mesma prova que os originais as cópias reprográficas de peças de qualquer processo judicial declaradas autênticas pelo próprio advogado sob sua responsabilidade pessoal, se não lhes for impugnada a autenticidade.
 - IV - O ônus da impugnação especificada dos fatos não se aplica ao advogado escolhido pela parte beneficiária da assistência judiciária.
- a) apenas os enunciados I e IV estão incorretos.
 - b) apenas os enunciados I e III estão incorretos.
 - c) apenas os enunciados II e IV estão incorretos.
 - d) apenas os enunciados III e IV estão incorretos.

26) Dentre as proposições que se seguem, assinale a correta.

- I - É cabível o mandado de segurança contra ato de particular, no exercício de atividade delegada.
 - II - Aplica-se ao mandado de segurança coletivo a exigência de instrução da petição inicial com a ata da assembléia que autoriza a entidade associativa a impetrá-lo e com a relação nominal dos associados e respectivos endereços.
 - III - O objeto do mandado de segurança coletivo pode interessar apenas a uma parte da categoria da entidade de classe.
 - IV - A legitimidade da entidade associativa para impetrar mandado de segurança coletivo é extraordinária.
- a) apenas os enunciados I, II e IV estão corretos.
 - b) apenas os enunciados II, III e IV estão corretos.
 - c) apenas os enunciados I, III e IV estão corretos.
 - d) todos os enunciados I, II, III e IV estão corretos.

14º Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região

27) Dentre as proposições que se seguem, assinale a **correta**.

I - A existência de "casos de massa" autoriza a manifestação de terceiros no recurso extraordinário, apenas nos juizados especiais federais.

II - Nas causas em que se discuta matéria incluída na competência da Comissão de Valores Imobiliários é obrigatória a intervenção da autarquia.

III - A Comissão de Valores Imobiliários pode recorrer de decisões nas causas em que se discuta matéria incluída na sua competência, a partir de sua intimação, quando as partes não recorrerem.

IV - Rejeitado o pedido deduzido em ação popular, qualquer pessoa e o órgão do Ministério Público poderão apelar.

- a) os enunciados I, II, III e IV estão incorretos.
- b) apenas os enunciados I e III estão incorretos.
- c) apenas os enunciados II e IV estão incorretos.
- d) apenas os enunciados III e IV estão incorretos.

28) Dentre as proposições que se seguem, assinale a **correta**.

I - Contam-se em dobro todos os prazos para o defensor público da parte beneficiária da assistência judiciária.

II - O pedido de assistência judiciária pode ser decidido em primeiro grau de jurisdição depois de o juiz cumprir e acabar o ofício jurisdicional, antes de remeter os autos do processo ao tribunal.

III - Contam-se todos os prazos, a partir de a intimação pessoal, para o defensor público e o curador especial nomeado pelo juiz para receber citação em nome do réu demente.

IV - Segundo jurisprudência dominante no Supremo Tribunal Federal, o benefício da gratuidade constitui direito público subjetivo, reconhecido inclusive à pessoa jurídica, independentemente de esta possuir fins lucrativos.

- a) apenas os enunciados I e III estão corretos.
- b) apenas os enunciados II e IV estão corretos.
- c) todos os enunciados I, II, III e IV estão incorretos.
- d) todos os enunciados I, II, III e III estão corretos.

29) Dentre as proposições que se seguem, assinale a **correta**.

I - A decisão que ordena a expedição de precatório quanto à parte incontroversa do título judicial não conflita com o art. 100, § 4º, da Constituição de 1988.

II - A petição inicial da execução do art. 730 do Código de Processo Civil será indeferida quando o juiz pronunciar, de ofício, a prescrição superveniente.

III - Em caso de litisconsórcio facultativo, é possível desmembrar o processo de execução apenas para pagamento dos créditos de pequeno valor, sem ser preciso o precatório.

IV - Os embargos opostos pela Fazenda Pública à execução por quantia certa não podem versar sobre a ilegitimidade do sucessor processual da parte, decidida no processo de conhecimento de que se originou o título executivo judicial.

- a) apenas os enunciados I, II e IV estão corretos.
- b) apenas os enunciados II, III e IV estão corretos.
- c) apenas os enunciados II e IV estão corretos.
- d) todos os enunciados I, II, III e IV estão corretos.

30) Dentre as proposições que se seguem, assinale a **correta**.

I - O indeferimento da petição inicial pode ser parcial, no caso de cumulação de pedidos, quando for apurada a competência absoluta de outro órgão judicial em relação a algum deles.

14º Concurso Público para Provedimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região

II - Preclusa a decisão em agravo de instrumento que manteve decisão negatória de produção de prova testemunhal, o juiz da causa tem o poder de ordenar a sua realização, depois de encerrada a instrução, antes de o julgamento do mérito da lide.

III - Em havendo a contradita, o juiz ouvirá a parte contrária e decidirá sobre a inquirição da testemunha contraditada.

IV - O juiz deve indeferir a intimação do perito para prestar esclarecimentos sobre o laudo pericial, quando a matéria lhe parecer suficientemente esclarecida.

a) apenas os enunciados II e IV estão incorretos.

b) apenas os enunciados I e III estão incorretos.

c) apenas os enunciados III e IV estão incorretos.

d) apenas os enunciados I e II estão incorretos.

31) Assinale a alternativa **correta**. Nos termos do Código Tributário Nacional, a moratória:

a) pode ser concedida em caráter individual, por decisão fundamentada da autoridade administrativa.

b) pode ser concedida em caráter individual, por decisão fundamentada da autoridade administrativa, desde que prevista em lei.

c) aproveita aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo.

d) não pode ficar circunscrita a determinada região do território da pessoa jurídica de direito público que a reconhecer, porque o critério para a concessão é pessoal: geral ou individual.

32) Assinale a alternativa **correta**. O Estado de São Paulo delegou ao Município de Campinas a fiscalização de tributo de competência estadual exercitada na forma legal.

a) O ato foi ilegal, porque a competência tributária, na qual incluída a fiscalização, é indelegável.

b) A fiscalização atinge a condição jurídica do contribuinte e, por isto, é indelegável.

c) A delegação foi legítima.

d) Se o Estado de São Paulo instituiu o tributo, a fiscalização é atividade vinculada. A delegação foi ilegal.

33) Assinale a alternativa **correta**:

a) Resolução do Senado Federal pode tratar de limitação do poder de tributar.

b) A atualização monetária da base de cálculo do tributo, por decreto, é sempre ofensiva à limitação do poder de tributar.

c) As limitações do poder de tributar estão todas descritas e detalhadas na Constituição Federal. Trata-se de matéria exclusiva da Constituição Federal.

d) As limitações do poder de tributar estão na Constituição Federal, mas a lei complementar pode regular a matéria, vedada a edição de qualquer outra espécie normativa.

34) Sujeito passivo de débito fiscal no valor de R\$ 50.000,00, regularmente inscrito na dívida ativa, promoveu a alienação de bem no montante de R\$ 40.000,00, integrante de patrimônio avaliado em R\$ 90.000,00. Assinale a alternativa **correta**:

a) A alienação é presumivelmente fraudulenta, porque a dívida fiscal está inscrita.

b) A alienação não é presumivelmente fraudulenta, porque apenas o ajuizamento da execução fiscal caracterizaria a irregularidade.

c) A alienação é presumivelmente fraudulenta, porque qualquer ato patrimonial dispositivo é causa de diminuição da garantia do crédito fiscal.

d) A alienação não é presumivelmente fraudulenta, porque o patrimônio do devedor tem bens reservados suficientes para o pagamento da dívida fiscal.

14º Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região

35) Assinale a alternativa correta. Nos termos do Código Tributário Nacional, o instituto da denúncia espontânea:

- a) não permite a exclusão da responsabilidade do contribuinte, se a infração é dolosa.
- b) exige, para a exclusão da responsabilidade do contribuinte, a comunicação da infração à autoridade administrativa, acompanhada, em qualquer caso, do pagamento do tributo e dos juros de mora.
- c) admite a exclusão da responsabilidade, se, iniciado o procedimento administrativo de fiscalização do contribuinte, a quitação do tributo e dos juros de mora for anterior à decisão definitiva.
- d) permite a exclusão da responsabilidade, se operada a comunicação da infração pelo contribuinte e, depois, realizado o depósito do débito, quando necessário o arbitramento de seu valor pela autoridade administrativa.

36) Leia os enunciados:

- I - A dívida ativa da União compreende a tributária e a não tributária.
- II - A dívida ativa regularmente inscrita goza da presunção absoluta de certeza e liquidez.
- III - Em qualquer fase do processo de execução fiscal, será deferida pelo juiz, a pedido do executado, a substituição dos bens penhorados, independentemente da ordem do artigo 11, da Lei de Execução Fiscal.
- IV - No processo de execução fiscal, a produção de provas pela Fazenda Pública independe de requerimento na petição inicial.

Escolha a resposta:

- a) um enunciado está correto.
- b) dois enunciados estão corretos.
- c) três enunciados estão corretos.
- d) todos os enunciados estão corretos.

37) Nos termos da Lei Complementar nº 123/06:

- I) A existência de débito fiscal municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa, é causa de vedação ao ingresso no Simples Nacional.
- II) O Simples Nacional admite condições de enquadramento diferenciadas por Estado.
- III) O Simples Nacional adota o princípio da vinculação à sede, para efeito de recolhimento dos tributos, com a preservação da autonomia da matriz e das filiais, cada qual responsável pelos pagamentos da respectiva área.
- IV) As microempresas e as empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional não farão jus à apropriação nem transferirão créditos relativos a impostos ou contribuições abrangidas pelo Simples Nacional.

Escolha a resposta:

- a) um enunciado está correto.
- b) dois enunciados estão corretos.
- c) três enunciados estão corretos.
- d) todos os enunciados estão corretos.

38) Leia os enunciados:

- I - A imunidade ou a isenção tributária do comprador alcança o produtor contribuinte do Impostos sobre Produtos Industrializados.
- II - É inadmissível a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos.
- III - Na entrada de mercadoria importada do exterior, é ilegítima a cobrança do ICMS por ocasião do desembaraço aduaneiro.

14º Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região

IV - É legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o 13º salário.

Em termos de fidelidade dos enunciados às Súmulas do Supremo Tribunal Federal, é exato dizer:

- a) um enunciado está correto.
- b) dois enunciados estão corretos.
- c) três enunciados estão corretos.
- d) todos os enunciados estão corretos.

39) Leia os enunciados:

I - A seletividade é obrigatória para o IPI, mas facultativa para o ICMS.

II - A não-cumulatividade é obrigatória para o IPI e o ICMS, mas facultativa para os impostos residuais da União.

III - O imposto sobre a propriedade é sempre progressivo, seja ela urbana ou rural.

IV - O IPTU progressivo é facultativo, ainda que o solo da propriedade urbana não seja edificado, seja subutilizado ou sequer utilizado.

Escolha a resposta:

- a) um enunciado está correto.
- b) dois enunciados estão corretos.
- c) três enunciados estão corretos.
- d) todos os enunciados estão corretos.

40) Leia os enunciados:

I - A ação de cobrança das contribuições para o FGTS prescreve em 05 (cinco) anos.

II - O protesto pela preferência de crédito, apresentado por ente federal em execução que tramita na Justiça Estadual, desloca a competência para a Justiça Federal.

III - A redução da alíquota do Impostos sobre Produtos Industrializados ou do Imposto de Importação não implica redução do ICMS.

IV - Proposta a execução fiscal, a posterior mudança de domicílio do executado desloca a competência.

Em termos de fidelidade dos enunciados às Súmulas do Superior Tribunal de Justiça, é exato dizer:

- a) um enunciado está incorreto.
- b) dois enunciados estão incorretos.
- c) três enunciados estão incorretos.
- d) todos os enunciados estão incorretos.

41) Leia os enunciados:

I - A consulta aos assentamentos arquivados nas Juntas Comerciais depende da prova do interesse do requerente e fica condicionada à preservação do sigilo comercial.

II - A retirada do sócio produz efeito a partir do despacho de arquivamento do instrumento de alteração contratual da sociedade limitada, independentemente da data de protocolo, na Junta Comercial.

III - O arquivamento de atos mais complexos, como são os relacionados à transformação, incorporação, fusão e cisão de empresas mercantis, está sujeito à decisão colegiada, nas Juntas Comerciais, mas poderá ocorrer por decurso de prazo.

IV - A exploração de atividade econômica, sem a formalidade do registro, na Junta Comercial, caracteriza a sociedade empresária irregular e, assim, sujeita os seus sócios à responsabilidade patrimonial pessoal ilimitada pelas obrigações da sociedade.

14º Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região

Escolha a resposta:

- a) um enunciado está correto.
- b) dois enunciados estão corretos.
- c) três enunciados estão corretos.
- d) todos os enunciados estão corretos.

42) No regime jurídico da Lei Federal nº 8.245/91:

- I - A proteção ao ponto comercial justifica a restrição absoluta ao direito de propriedade do locador, por isto o empresário locatário pode obter a renovação compulsória do contrato de locação.
- II - A proteção ao ponto comercial autoriza a renovação compulsória do contrato de locação, inclusive diante do vínculo familiar do locador, cujo filho não pode ser beneficiário da retomada do imóvel, ainda que controlador de empresa estabelecida há mais de um ano.
- III - A proteção ao ponto comercial é restrita, na medida em que o locador pode recusar a renovação do contrato de locação comercial, para realizar, por determinação do Poder Público, obras que importem na radical transformação do imóvel.
- IV - A proteção ao ponto comercial é relativa, porque o locador pode recusar a renovação compulsória do contrato de locação em algumas hipóteses, ainda que sujeito ao pagamento de indenização à empresa locatária, no caso de inobservância da causa alegada para a recusa.

Escolha a resposta:

- a) um enunciado está correto.
- b) dois enunciados estão corretos.
- c) três enunciados estão corretos.
- d) todos os enunciados estão corretos.

43) Leia os enunciados:

- I - O princípio da proteção ao investidor veta a existência de ação sem valor nominal, no capital da sociedade anônima.
- II - O princípio da fidelidade às demonstrações financeiras não permite que o valor de negociação da ação, no mercado secundário da Bolsa de Valores, seja inferior ao seu valor patrimonial.
- III - O princípio constitucional da livre iniciativa não impede que, na hipótese de aumento do capital social de sociedade anônima, com a emissão de novas ações, os órgãos deliberativos, como a assembléia geral e o conselho de administração, fixem o preço de venda das ações.
- IV - No aumento do capital social, mediante a subscrição de ações, o preço de emissão poderá ser inferior ao valor patrimonial das existentes, desde que justificada a necessidade de diluição da participação dos antigos acionistas.

Escolha a resposta:

- a) dois enunciados estão corretos.
- b) três enunciados estão corretos.
- c) todos os enunciados estão corretos.
- d) nenhum enunciado está correto.

44) Leia os enunciados:

- I - O titular de 25,1% das ações ordinárias poderá ter o controle da sociedade anônima.
- II - O titular de ação preferencial pode votar na eleição dos administradores, se o estatuto da sociedade anônima o permitir.
- III - A disposição sobre as vantagens ou restrições das ações preferenciais não é absoluta, no estatuto social, porque a lei ordinária e até a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários podem tratar de certos temas societários de modo diverso.

14º Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região

IV - A ação preferencial pode ser dotada de desvantagem política, na gestão da empresa, mas conferir precedência na distribuição dos lucros, em relação à ação ordinária.

Assinale a alternativa correta:

- a) um enunciado está correto.
- b) dois enunciados estão corretos.
- c) três enunciados estão corretos.
- d) todos os enunciados estão corretos.

45) Leia os enunciados:

I - Estão sujeitos à fiscalização tributária ou previdenciária quaisquer livros comerciais, limitado o exame aos pontos objeto da investigação.

II - É competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.

III - Não ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.

IV - Desapropriadas as ações de uma sociedade, o poder desapropriante, imitado na posse, pode exercer, desde logo, todos os direitos inerentes aos respectivos títulos.

Em termos de fidelidade dos enunciados às Súmulas do Supremo Tribunal Federal, é exato dizer:

- a) um enunciado está correto.
- b) dois enunciados estão corretos.
- c) três enunciados estão corretos.
- d) todos os enunciados estão corretos.

46) No regime da Lei Federal nº 9.491/97, o Programa Nacional de Desestatização:

I) não admitiu o objetivo da melhoria do perfil e da redução da dívida pública líquida, porque a Constituição Federal faz a distinção entre as competências orçamentária e de gestão do patrimônio público, inclusive sobre a participação do Estado em atividades empresariais.

II) não pode contribuir para a reestruturação econômica do setor privado, porque a competitividade e a capacidade empresarial são temas sem relevante interesse coletivo.

III) tem como órgão superior de decisão o Conselho Nacional de Desestatização, cujas reuniões contam com os Ministros de Estado designados na lei e outras autoridades públicas, vetada, em prol da supremacia do interesse público sobre o privado, a participação de representantes de entidades privadas, ainda que facultativa e sem direito a voto.

IV) é operado através de institutos jurídicos de transação definitiva da propriedade estatal, proibida a possibilidade de arrendamento, locação, comodato ou cessão de bens e instalações, para a garantia da transferência irreversível à iniciativa privada das atividades indevidamente exploradas pelo setor público.

Escolha a resposta:

- a) dois enunciados estão corretos.
- b) três enunciados estão corretos.
- c) todos os enunciados estão corretos.
- d) nenhum enunciado está correto.

14º Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região

47) O tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e as empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/06:

I) faculta a vistoria, após o início da operação do estabelecimento, para a verificação dos requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios, quando a atividade empresarial for compatível com o grau de risco desta modalidade de procedimento.

II) adota a regra do valor da receita bruta, no ano-calendário, para a sua concessão, mas admite o veto, ainda que satisfeita aquela condição, para certas atividades econômicas ou determinadas modalidades de constituição ou participação acionária.

III) permite o registro da extinção da pessoa jurídica, independentemente da regularidade das obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas.

IV) sempre será concedido nas licitações relacionadas às contratações públicas da União.

Escolha a resposta:

- a) um enunciado está correto.
- b) dois enunciados estão corretos.
- c) três enunciados estão corretos.
- d) todos os enunciados estão corretos.

48) Leia os enunciados:

I) A instituição financeira privada pode, como qualquer outra empresa, ser objeto de liquidação ordinária.

II) A simples ocorrência dos fatos previstos, em tese, para a caracterização da liquidação extrajudicial de instituição financeira, não é suficiente para a decretação da medida. O Banco Central do Brasil deve considerar, ainda, o risco sistêmico, ou seja, a repercussão da situação sobre os interesses dos mercados financeiro e de capitais.

III) Na liquidação extrajudicial, a indisponibilidade dos bens afeta os administradores de um banco, mas pode atingir o gerente de uma agência e, até, o empregado na função de "caixa".

IV) A intervenção extrajudicial será executada pelo interventor, com plenos poderes de gestão, mas as suas decisões poderão ser revistas, em grau de recurso, pelo Banco Central do Brasil.

Escolha a resposta:

- a) um enunciado está correto.
- b) dois enunciados estão corretos.
- c) três enunciados estão corretos.
- d) todos os enunciados estão corretos.

49) Na sociedade limitada:

I) a contribuição para a formação do capital social pode consistir em prestação de serviços, se o sócio atender ao requisito da notória especialização, a critério dos demais quotistas.

II) o sócio responde solidariamente pela integralização de todo o capital social, inclusive o subscrito e não pago pelos demais sócios. Na sociedade anônima, ao contrário, o sócio só responde pela sua parte, no capital social subscrito e não integralizado.

III) a regra da pluralidade de sócios, como elemento constitutivo essencial, admite a exceção da unipessoalidade temporária.

IV) a administração pode ser exercida por sócios ou não e por uns e outros.

Escolha a resposta:

- a) dois enunciados estão corretos.
- b) três enunciados estão corretos.
- c) todos os enunciados estão corretos.
- d) nenhum enunciado está correto.

14º Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região

50) Leia os enunciados:

- I) A empresa dedicada à exploração comercial das atividades de ensino tem direito à proteção do método educativo por ela desenvolvido, com ineditismo, na modalidade de invenção industrial.
- II) Qualquer pedido de patente será submetido à publicação, para propiciar o conhecimento e a defesa de outros titulares de direito.
- III) Não são patenteáveis os microorganismos transgênicos.
- IV) A proteção à propriedade industrial da patente está sujeita a termo extintivo.

Escolha a resposta:

- a) um enunciado está correto.
- b) dois enunciados estão corretos.
- c) três enunciados estão corretos.
- d) nenhum enunciado está correto.

51) Dentre as proposições que se seguem, assinale a **correta**.

- I - O pescador profissional, que exerça a atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, é segurado especial.
 - II - São assegurados ao pescador profissional, que exerça a atividade de forma artesanal, individualmente ou regime de economia familiar, todos os benefícios especificados na Lei Federal nº 8.213/91, desde que contribua facultativamente para a Previdência Social.
 - III - É devido pelo INSS ao pescador profissional, que exerça a atividade de forma artesanal, o seguro-desemprego, no período defeso de atividade pesqueira.
 - IV - A contribuição obrigatória do pescador profissional, que exerça a atividade de forma artesanal, incide sobre a receita bruta proveniente da comercialização da sua produção.
- a) todos os enunciados I, II, III e IV estão corretos.
 - b) apenas os enunciados I, II e IV estão corretos.
 - c) apenas os enunciados II, III e IV estão corretos.
 - d) todos os enunciados I, II, III e IV estão incorretos.

52) Dentre as proposições que se seguem, assinale a **correta**.

- I - O empregador rural, aposentado, não terá direito ao salário-família, nem à reabilitação profissional.
 - II - Constitui receita da Seguridade Social o repasse de metade do valor total do prêmio recolhido relativo ao seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres.
 - III - As contribuições sociais podem incidir sobre o lucro decorrente da exportação.
 - IV - Não há vedação constitucional à remissão ou anistia de contribuições sociais, exceto na hipótese de débito em montante superior ao fixado em lei complementar.
- a) todos os enunciados I, II, III e IV estão corretos.
 - b) apenas os enunciados I, II e IV estão corretos.
 - c) apenas os enunciados II, III e IV estão corretos.
 - d) todos os enunciados I, II, III e IV estão incorretos.

53) Dentre as proposições que se seguem, assinale a **INCORRETA**.

- A - É competente a Justiça Federal para processar e julgar causa relativa ao auxílio-acidente, em virtude de queda sofrida por trabalhador associado à cooperativa de trabalho.
- B - É indevido o abono anual ao segurado que recebe o auxílio-acidente.
- C - O auxílio-acidente corresponde a 50% (cinquenta por cento) do salário-de-benefício e pode ser inferior ao salário-mínimo.

14º Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região

D - O trabalhador avulso, que presta serviços de natureza urbana a duas ou mais empresas, sem vínculo empregatício, tem direito ao auxílio-acidente.

54) Dentre as proposições que se seguem, assinale a **correta**.

I - O trabalhador avulso que exerce atividade rural para duas ou mais empresas, em caráter eventual, sem vínculo empregatício, pode requerer a aposentadoria por idade rural até 31.12.2010.

II - O enquadramento da regra de transição da carência para obtenção da aposentadoria por idade do trabalhador rural leva em conta o ano em que forem satisfeitos os requisitos deste benefício previdenciário.

III - O aposentado por idade rural, que se tornar empregado celetista do Município, é segurado obrigatório em relação a essa atividade, ficando sujeito às contribuições sociais, para fins de custeio da Seguridade Social.

IV - A segurada aposentada que retornar à atividade tem direito ao salário-maternidade.

- a) todos os enunciados I, II, III e IV estão corretos.
- b) apenas os enunciados I, II e IV estão corretos.
- c) apenas os enunciados I, III e IV estão corretos.
- d) todos os enunciados I, II, III e IV estão incorretos.

55) Dentre as proposições que se seguem, assinale a **correta**.

I - A proteção do meio ambiente do garimpo não é atribuição do SUS.

II - A assistência à saúde do educando, no ensino fundamental, é financiada com recursos provenientes da contribuição social do salário-educação.

III - Está desvinculado do orçamento da Seguridade Social até 31 de dezembro de 2011, 25% do produto da arrecadação das contribuições sociais sobre a receita, o faturamento e sobre o lucro.

IV - As ações e serviços voltados ao atendimento à saúde das populações indígenas é realizado com o orçamento da Seguridade Social e complementado com recursos de outros entes estatais.

- a) todos os enunciados I, II, III e IV estão corretos.
- b) apenas os enunciados I, II e IV estão corretos.
- c) apenas os enunciados I, III e IV estão corretos.
- d) todos os enunciados I, II, III e IV estão incorretos.

56) Dentre as proposições que se seguem, assinale a **correta**.

Entende-se como família do idoso ou da pessoa portadora de deficiência, para efeito de apuração da renda familiar mensal "per capita":

A - a filha divorciada; a neta e o marido dela; os avós; e a sobrinha de irmão falecido, residentes sob o mesmo teto.

B - o companheiro da filha; os tios; os sobrinhos, residentes sob o mesmo teto.

C - a filha e o marido dela; os netos; residentes sob o mesmo teto.

D - os pais; o cônjuge, os filhos do casal, menores de 18 (dezoito anos) anos, residentes sob o mesmo teto.

57) Dentre as proposições que se seguem, assinale a **correta**.

I - A alíquota da contribuição social do estagiário de advocacia não pode ser majorada sem respeito ao princípio da anterioridade nonagesimal.

II - É segurado especial o filho de 14 (quatorze) anos, que prove trabalhar em regime de economia familiar.

III - Não é permitido o recebimento conjunto de aposentadoria de valor mínimo e auxílio-reclusão do cônjuge, segurada recolhida à prisão.

14º Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região

IV - A mãe, que percebe benefício assistencial, não pode receber em conjunto o auxílio-reclusão de dois filhos recolhidos à prisão.

- a) todos os enunciados I, II, III e IV estão corretos.
- b) apenas os enunciados I, II e IV estão corretos.
- c) apenas os enunciados I, III e IV estão corretos.
- d) todos os enunciados I, II, III e IV estão incorretos.

58) Dentre as proposições que se seguem, assinale a **correta**.

I - Sendo vários os pensionistas, a morte de qualquer deles extingue a respectiva parte e reduz o valor do benefício.

II - Na causa que tem por objeto condenar o INSS a conceder a pensão por morte, negada a união estável pelo cônjuge, o juiz federal não pode decidir essa questão na mesma sentença em que acolher ou rejeitar o pedido formulado por aquela que afirma ser companheira do aposentado.

III - A morte do filho menor de 21 anos, pensionista, autoriza a reversão da pensão por morte aos pais do segurado, referidos na classe subsequente do rol de dependentes.

IV - A emancipação em virtude de conclusão de curso superior de dependente inválido extingue a sua parte na pensão por morte.

- a) todos os enunciados I, II, III e IV estão corretos.
- b) apenas os enunciados II, III e IV estão corretos.
- c) apenas os enunciados I, III e IV estão corretos.
- d) todos os enunciados I, II, III e IV estão incorretos.

59) Dentre as proposições que se seguem, assinale a **correta**.

I - A filha, com 16 (dezesesseis) anos de idade, casada, tem direito às prestações da pensão por morte da mãe, a contar da data do óbito, em virtude de declaração de ausência.

II - O óbito do segurado autoriza a concessão da pensão por morte aos filhos menores de 16 (dezesesseis) anos, a partir do requerimento administrativo, mesmo depois do prazo de 45 dias do falecimento.

III - O irmão inválido, maior de 21 (vinte e um) anos de idade, prefere os pais que o sustentam.

IV - O filho, menor de 21 (vinte e um) anos de idade, que já percebe pensão por morte da mãe, terá de optar pela mais vantajosa pensão, tendo em conta a morte do pai também.

- a) todos os enunciados I, II, III e IV estão incorretos.
- b) apenas os enunciados I, II e IV estão corretos.
- c) apenas os enunciados I, II, e III estão incorretos.
- d) todos os enunciados I, II, III e IV estão corretos.

60) Dentre as proposições que se seguem, assinale a **correta**.

I - O tempo de contribuição como segurado facultativo é contado mesmo que anterior à perda da qualidade de segurado.

II - O salário-de-benefício do auxílio-doença consiste atualmente na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondente a oitenta por cento de todo o período contributivo, multiplicada pelo fator previdenciário.

III - A renda mensal inicial do salário-maternidade da segurada empregada não está sujeita ao limite máximo do salário-de-contribuição.

IV - Admitida a incapacidade laborativa temporária, pode ser reconhecida apenas relativamente a uma das atividades concomitantes, mas delas será afastado o segurado se exercer a mesma profissão.

14º Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região

- a) todos os enunciados I, II, III e IV estão incorretos.
- b) apenas os enunciados I, III e IV estão corretos.
- c) apenas os enunciados I, II, e III estão incorretos.
- d) todos os enunciados I, II, III e IV estão corretos.

61 – O funcionário público Demétrio requereu licença especial não-remunerada aos órgãos superiores da administração. O seu pedido foi indeferido. No despacho, que o indeferiu, ficou consignado como único fundamento para o indeferimento “a falta de pessoal disponível para a substituição nas funções do requerente. Deste modo, o deferimento do pedido poderia importar em prejuízo ao interesse público e bom funcionamento da administração”. O requerente, contudo, constatou que tal alegação não foi acolhida em pedido idêntico formulado na mesma semana por colega que exercia a mesma função. No caso deste, restou decidido pela mesma autoridade que “defiro o pedido de licença especial tendo em vista a inexistência de prejuízo ao interesse público e a existência de pessoal para substituí-lo”. Assinale a alternativa correta:

- a) – Demétrio poderá invocar a teoria dos motivos determinantes e questionar a razoabilidade dos motivos que levaram ao indeferimento de seu pedido.
- b) – A concessão da licença especial não-remunerada é ato discricionário da administração, e como tal, não pode ser questionada perante o Judiciário.
- c) – Demétrio poderia ingressar com ação alegando excesso de poder por parte da administração.
- d) – A concessão de licença não-remunerada é ato vinculado, razão pela qual Demétrio poderia ingressar com ação anulatória contra a decisão.

62 – Assinale a alternativa correta:

- a) – Um ato nulo somente pode ser convalidado se sua nulidade não importar em prejuízo ao interesse público ou privado.
- b) – A invalidação de um ato administrativo sempre gera efeitos *ex nunc*.
- c) – A anulação de um ato administrativo pode ser feita sempre que a administração reconhecer a sua inconveniência ou inoportunidade.
- d) – Nenhuma das alternativas anteriores

63 – Assinale a alternativa correta:

- a) – A Administração tem o poder-dever de revogar os atos administrativos nulos.
- b) – A Administração não pode revogar atos administrativos cuja validade foi confirmada por decisão judicial.
- c) – O controle judicial dos atos administrativos não atinge os atos administrativos de natureza judicante.
- d) – Nenhuma das alternativas anteriores

64 – Assinale a alternativa correta:

- a) – O CADE (Conselho Administrativo da Ordem Econômica) é um órgão da administração direta responsável pela Defesa da Concorrência e repressão à concorrência desleal.
- b) – A Secretaria de Defesa Econômica é um órgão da administração direta responsável pela Defesa da Concorrência e repressão à concorrência desleal.
- c) – Compete ao CADE determinar a realização de diligências necessárias à instrução de investigações sobre infrações contra a ordem econômica relacionada ao setor das Telecomunicações.

14º Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região

d) – Compete ao CADE decidir sobre a existência de infração à ordem econômica e aplicar as penalidades previstas na Lei 8.884/94 praticadas por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, bem como entidades e associações, desde que possuidoras de personalidade jurídica.

65 – Assinale a alternativa correta:

a) – Permissão de serviço público é ato unilateral, precário e discricionário pelo qual a administração transfere a alguém o desempenho de serviço público, proporcionando ao permissionário a cobrança de tarifa aos usuários.

b) – Licença é ato discricionário unilateral e precário pelo qual o Poder Público torna possível ao particular a realização de certa atividade, serviço ou utilização de determinados bens particulares ou públicos, de seu exclusivo ou predominante interesse, que a lei condiciona à aquiescência previa da Administração.

c) – As diversas fases do ato de permissão, quando este for constituído por ato complexo, são impugnáveis individualizadamente.

d) – Nenhuma das alternativas anteriores

66 – Assinale a alternativa correta:

I - A concorrência é uma espécie de licitação obrigatória para qualquer alienação de bem imóvel público.

II - O leilão e o pregão são modalidades de licitação utilizadas para a venda de bens imóveis do Estado.

III - O número mínimo de interessados que devem ser convidados para a modalidade de licitação denominada convite é de três interessados do ramo pertinente.

IV - na modalidade de licitação denominada convite podem participar interessados que não foram convidados, desde que estejam cadastrados na correspondente especialidade e manifestem o seu interesse com antecedência de 24 horas da apresentação da proposta.

a) Estão corretas as afirmações I, II e IV

b) Estão corretas as afirmações I, III e IV.

c) Estão corretas as afirmações II, III e IV.

d) Estão corretas as afirmações I, II e III.

67 – Assinale a alternativa correta:

I – Os bens de uso comum do povo podem ser alienados, desde que sejam previamente desafetados.

II – Bens públicos jamais podem ser alienados.

III – Os bens móveis da administração podem ser alienados desde que previamente avaliados.

IV – Bens de uso especial podem ser alienados pela Administração.

a) Estão corretas as afirmações I, II e IV.

b) Estão corretas as afirmações II, III e IV.

c) Estão corretas as afirmações I, II e III.

d) Estão corretas as afirmações I, III e IV.

68 – Assinale a alternativa correta:

I – Podem ser objeto de tombamento bens que possuem valor ambiental, histórico, paisagístico, inclusive nomes e símbolos.

II – Possuem competência concorrente para promover tombamento de bens a União, os Estados e os Municípios.

III – O tombamento pode ser realizado pela Administração, admitindo-se também, excepcionalmente, no direito brasileiro o tombamento judicial.

14º Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região

IV – O tombamento provisório é ato discricionário da administração que produz efeitos equiparados ao tombamento definitivo, salvo quanto ao registro imobiliário e ao direito de preferência reservado ao Poder Público.

- a) Estão corretas apenas as afirmações I, II e IV.
- b) Estão corretas apenas as afirmações II, III e IV.
- c) Estão corretas apenas as afirmações I, II e III.
- d) Estão corretas apenas as afirmações I, III e IV.

69 - Assinale a alternativa correta:

I - As competências administrativas somente poderão ser delegadas a outros órgãos ou titulares que sejam a ele hierarquicamente subordinados.

II – As competências administrativas podem ser delegadas, excetuando-se a decisão de recursos administrativos, a edição de atos normativos e as relativas a matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.

III – O ato de delegação é anulável a qualquer tempo pela autoridade delegante.

IV – O órgão hierarquicamente superior poderá avocar a qualquer tempo, em caráter provisório ou permanente a competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

- a) Estão incorretas as afirmações I, II e IV.
- b) Estão corretas as afirmações I, II e IV.
- c) Estão incorretas as afirmações I, II e III.
- d) Estão incorretas as afirmações II, III e IV.

70 - Assinale a alternativa correta:

A Lei Federal do Processo Administrativo determina quanto aos atos administrativos que:

I. Não precisam ser motivados os atos administrativos discricionários.

II. Os atos administrativos que neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos.

III. Os atos administrativos que imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções, deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos.

IV. Os atos administrativos que decidam processos administrativos de concurso ou seleção pública deverão ser motivados de maneira simples, sem necessidade de indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos.

V. Os atos administrativos que dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório deverão ser motivados de maneira simples, sem indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos.

VI. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando decidam recursos administrativos, excetuando-se os recursos impróprios;

VII. Os atos administrativos que deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos.

VIII. Os atos administrativos que importem anulação, revogação, excetuando-se a convalidação de ato administrativo, deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos.

IX. Não precisam ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, os atos administrativos que importem na imposição de sanção em casos envolvendo sigilo ou segredo de Estado.

X. Não precisam ser motivados os atos administrativos que não reformem, em grau de recurso, decisão anterior já devidamente fundamentada.

14º Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região

- a) Estão incorretas as afirmações I, III e V e corretas as afirmações IX e X.
- b) Estão corretas as afirmações II e VII e incorretas todas as afirmações IV, V e VIII.
- c) Estão incorretas as afirmações V, VI e X e corretas as afirmações VII e I.
- d) Estão corretas as afirmações V e VIII e incorretas as afirmações VII e I

71. Com relação ao crime continuado, assinale a alternativa **incorreta**:

- a. É possível o reconhecimento da ocorrência de crime continuado em sede de *habeas corpus* para fins de unificação de penas impostas em diversos processos com trânsito em julgado, caso em que caberá ao tribunal proceder ao cálculo da reprimenda unificada.
- b. O percentual de acréscimo decorrente da continuidade dependerá do número de infrações praticadas.
- c. Apesar da adoção pelo Código Penal da teoria objetiva, a jurisprudência entende inadmissível reconhecimento de crime continuado sem que se verifique no agente o ânimo de praticar as condutas sucessivas em continuação.
- d. A prisão do agente, interrompendo sua atividade delinqüencial, impede que se reconheça continuidade delitiva entre crimes por ele praticados antes e depois de sua detenção.

72. Assinale a alternativa **correta**:

- a. Em nosso Direito Penal não há qualquer espaço para o emprego de interpretação analógica no âmbito de normas incriminadoras ou sancionatórias porque isso significaria a extensão do conteúdo típico casuístico.
- b. A redação atual do Código Penal adotou, quanto às medidas de segurança, o critério vicariante; a finalidade da medida é, constatada pericialmente a culpabilidade, castigar de forma mais branda o inimputável (a este aplicando internação em manicômio pelo mínimo de 3 anos) e o semi-imputável (sujeitando-o a tratamento ambulatorial, que cessa se perícia médica feita somente após um ano atestar a ausência de periculosidade). Em qualquer caso, é possível a aplicação provisória da medida de segurança no curso do processo.
- c. Não é possível invocar legítima defesa diante da agressão oriunda de inimputável, mas é cabível legítima defesa contra ato praticado em estrito cumprimento do dever legal. Será invocável a legítima defesa somente se estiver presente estrita proporcionalidade entre a repulsa e a agressão sofrida, e apenas se a agressão for inevitável por qualquer outra forma (*commodus discessus*).
- d. Quem não é reincidente é primário. Uma condenação transitada em julgado não pode ser usada como "mau antecedente" para exasperar a pena base e na seqüência também para servir como a agravante genérica referente à reincidência, a qual não se comunica aos concorrentes. O estigma da reincidência – cuja única prova admissível é a certidão cartorária de trânsito em julgado da condenação anterior – é limitado no tempo.

73. Assinale a alternativa **incorreta**:

- a. O aditamento à denúncia será causa interruptiva da prescrição se contiver um novo fato delituoso, mas exclusivamente com relação a este.
- b. Como consequência do inciso XL do artigo 5º da Constituição Federal, nos casos de crime permanente e de continuidade delitiva deve sempre ser observada a regra *tempus regit actum* de modo a favorecer o agente impedindo-se a incidência de lei penal mais gravosa que passa a vigor antes do fim da permanência ou da continuidade.
- c. A reparação voluntária do dano ou restituição da coisa, antes do recebimento da peça acusatória, em todo e qualquer crime não executado com violência ou grave ameaça à pessoa, é causa obrigatória de redução de pena que se estende em favor de concorrentes.

14º Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região

d. O crime de não recolhimento tempestivo em favor da Previdência Social de contribuição social descontada dos salários dos segurados empregados, ou dos pagamentos feitos a terceiros, é norma penal em branco e delito omissivo próprio, punido a título de dolo genérico.

74. Indique qual das proposições seguintes **não é inteiramente verdadeira**:

a. Em tema de concurso de agentes: conforme a teoria do domínio do fato, o mandante do crime e o chamado “autor intelectual” são considerados autores; já para a teoria objetivo-formal eles seriam partícipes. Em face da teoria monista, o crime é um só para autores e partícipes, mas no caso de participação o desvio subjetivo de conduta influenciará na tipificação da conduta do partícipe. Não existe concurso de agentes em caso de “autoria mediata”, de conivência e nos delitos plurissubjetivos.

b. Em face do discurso do artigo 18 da Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003 (*importar, exportar, favorecer a entrada ou a saída do território nacional, a qualquer título, de arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização da autoridade competente...*) pode-se dizer que: a ilicitude ocorre ainda que se trate de arma, acessório ou munição de uso permitido no Brasil; ocorre o crime ainda que o agente introduza uma só arma de fogo e sem intuito de comercialização; a introdução ou exportação de artefatos explosivos não caracteriza o crime; trata-se de crime instantâneo, que se consuma quando o sujeito ativo transpõe a zona alfandegária ou, valendo-se da clandestinidade, ultrapassa a fronteira; não ocorrerá o delito se o agente estiver transitando pelo território nacional.

c. O chamado crime de terrorismo encontra-se tipificado em nosso Direito no artigo 20 da Lei nº 7.170 de 14 de dezembro de 1983, constituindo-se de práticas que seriam infrações de direito comum que ganham uma consideração especial como “atos terroristas” em virtude das motivações de seus agentes, tratando-se de delito de concurso necessário por envolver apenas membros de organizações políticas. Trata-se de infração imprescritível e a ação penal depende de requisição do Ministro da Justiça; a competência para o processo e julgamento é da Justiça Federal de 1ª instância, com recurso para o Supremo Tribunal Federal.

d. O princípio da insignificância é extralegal e difere do princípio da adequação social; não se relaciona com as infrações de menor potencial ofensivo. Tem sido acolhido pelo Superior Tribunal de Justiça, que o aplica levando em conta não apenas a “bagatela” da lesão mas também circunstâncias do fato e condições pessoais do agente.

75. Considere a Lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2006 e as proposições seguintes; depois, indique a alternativa correta.

I – Inexiste a previsão de obrigatório trâmite sigiloso do inquérito e do processo referentes a crime previsto nessa lei, mas caso haja expresso decreto de segredo de justiça a violação dele será punida na forma do artigo 325 do Código Penal, que por sua vez é um crime próprio.

II – O financiamento para o tráfico (*financiar ou custear a prática de qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput, e § 1º, e 34, desta lei*) tratado no artigo 36 é conduta que perante a legislação anterior não podia sofrer qualquer punição. Trata-se de delito habitual e caso a prática do tráfico efetivamente ocorra haverá concurso material de infrações, pois o financiador também responderá pelos crimes de associação para o tráfico e pela própria traficância (arts. 33, caput, e § 1º, e 34). A propósito, se o financiador remeter a quantia do exterior em benefício do tráfico executado a partir do território nacional, em virtude de a ação ter ocorrido no estrangeiro o financiador não ficará sujeito à jurisdição brasileira.

14º Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região

III – Nos delitos capitulados no *caput* e no § 1º do artigo 33 é faculdade do Juiz reduzir a pena de um sexto a dois terços desde que, cumulativamente, o agente seja primário e sem antecedentes, não integre organização criminosa e tampouco se dedique a quaisquer outras atividades criminosas; a pena assim obtida não pode ser substituída por restrições de direitos e deve ser cumprida em regime inicialmente fechado sendo que o livramento condicional exige o cumprimento de dois terços da pena, mas é vedado ao reincidente específico.

IV – A partir de 8 de outubro de 2006 todos os processos versando sobre tráfico internacional de drogas em trâmite na Justiça Estadual devem ser remetidos à Justiça Federal, desprezando-se a regra da *perpetuatio jurisdictionis* até porque as normas processuais têm aplicação imediata.

V – O artigo 37 (*colaborar, como informante, com grupo, organização ou associação destinados à prática de qualquer dos crimes previstos arts. 33, caput, e § 1º, e 34*) tipifica somente a conduta do informante eventual, ou seja, aquele que contribui apenas eventualmente com os destinatários da informação, tratando-se, portanto, de exceção pluralista ao artigo 29 do Código Penal e de delito subsidiário em relação ao delito de associação para o tráfico (artigo 35) pois se o fornecimento de informações for estável o agente estará envolvido em *societas sceleris* com os destinatários das informações.

VI – Acordos celebrados entre os acusados e a Polícia e o Ministério Público, envolvendo “delação premiada” de que trata o artigo 41, nos quais os primeiros colaboram para a identificação de concorrentes e na recuperação ainda que parcial da droga ou do dinheiro obtido com a venda da substância, vinculam o Juiz a conceder o perdão judicial ou a redução de pena.

- a. As proposições I, III e VI são verdadeiras.
- b. As proposições I e II são verdadeiras.
- c. As proposições III e V são falsas.
- d. As proposições IV e V são verdadeiras.

76. Marque a alternativa **incorreta**.

- a. Diante do texto do art. 10 da Lei nº 9.296 de 24 de julho de 1996 (*constitui crime realizar interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, ou quebrar segredo de justiça, sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei. Pena: reclusão de 2 a 4 anos, e multa*) a primeira figura traduz um crime comum e a segunda um crime próprio. Em qualquer dos dois casos admite-se tentativa. A gravação telefônica feita por um dos interlocutores à revelia do outro não configura o delito e o resultado dela pode servir como prova.
- b. Organização criminosa é um grupo de no mínimo três pessoas, unidas há algum tempo no propósito comum de praticar infrações graves para obter benefício econômico ou moral; ocultada ou dissimulada a origem ou a propriedade dos valores provenientes, mesmo que indiretamente, da ação de organização criminosa, serão eles objetos materiais de *crime de lavagem de ativos*.
- c. Quando praticado por “grupo de extermínio” o homicídio assume forma qualificada; mas essa qualificadora só poderá ser reconhecida se admitida pelos jurados através de quesito específico, a partir do que será necessário formular quesito obrigatório para que o conselho de sentença decida se a pena será ou não cumprida em regime integralmente fechado por se tratar de delito considerado hediondo.
- d. O crime de tráfico internacional de pessoas, cujo objeto jurídico é a moralidade sexual já que coíbe a prostituição, pode ter como sujeitos passivos mulheres e homens; se a infração se consuma e a vítima entra ou sai do território nacional e efetivamente exerce a prostituição, isso é mero exaurimento do delito; a ação penal é de iniciativa pública incondicionada e o processo é de competência da Justiça Federal.

14º Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região

77. Considere os enunciados seguintes e assinale a resposta correta.

I – O concurso formal imperfeito, que só é possível nos crimes dolosos e envolve tanto o dolo direto quanto o eventual, provoca a somatória das penas cominadas.

II – Os fatos tratados no artigo 1º, incisos I a V, da Lei nº 8.137 de 27 de dezembro de 1990, considerados sonegação fiscal, configuram crimes materiais; assim, a tipicidade se condiciona ao exaurimento de processo administrativo onde seja reconhecido o crédito tributário de modo definitivo, sob o aspecto da exigibilidade e do valor.

III – Entende-se ser impossível em sede de furto qualificado a aplicação da majorante decorrente do cometimento do delito durante o “repouso noturno”, mas nada impede que essa situação seja considerada na 1ª fase da dosimetria da pena como circunstância judicial nos termos do artigo 59 do Código Penal.

IV – A Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003 prepondera sobre o Código Penal, de modo que a arma de fogo que é apreendida como objeto material de crime ou como instrumento da prática delituosa, desde que não mais interesse à persecução e que esteja juntado aos autos o laudo pericial a respeito dela, deve ser encaminhada ao Exército para ser destruída, independentemente da condenação definitiva do agente, mas ressalvado o direito da vítima e de terceiro de boa-fé.

V – Quem repele injusta agressão que está sofrendo usando moderadamente do meio de que dispunha na ocasião – arma de fogo de uso permitido que vinha portando ilegalmente – não se livra de responder pelo crime de porte ilegal de arma (artigo 14, *caput*, do Estatuto do Desarmamento).

- a. Somente o enunciado III é verdadeiro.
- b. Somente os enunciados I, III e V são verdadeiros.
- c. O enunciado IV é falso.
- d. Todos os enunciados são verdadeiros.

78. Assinale a alternativa em que as duas proposições estão certas.

a. O crime do artigo 97 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 (*admitir à licitação ou celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo*) só ocorre se a inidoneidade foi anteriormente declarada, pela administração pública, como sanção pela inexecução de contrato – Dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses legais ou sem observar as formalidades necessárias à dispensa ou inexigibilidade do certame (artigo 89 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993) é conduta impune sob a forma culposa.

b. O crime de concussão se distingue da corrupção passiva pois no primeiro o agente faz uma exigência indevida enquanto que no segundo ele solicita ou recebe uma vantagem indevida – A revogação do complemento da norma penal em branco, porque altera a estrutura típica, sempre retroagirá para beneficiar o acusado.

c. O funcionário público que facilita a prática de contrabando ou descaminho, transgredindo dever funcional de reprimir essas práticas, é punido como partícipe do delito do artigo 334 do Código Penal, mas não incide a agravante da “violação de dever inerente a cargo” (artigo 61, II, “g”, do Código Penal) – Distinguem-se o crime progressivo da progressão criminosa, pois no primeiro o dolo, mais abrangente, é único, enquanto que na segunda ocorre um crescendo na violação de bem jurídico com alteração do dolo.

d. Privada a vítima de sua liberdade, consuma-se o delito de extorsão mediante seqüestro, nada importando para isso que os agentes não tenham obtido o proveito patrimonial pretendido – A figura típica do artigo 205 do Código Penal (*exercer atividade, de que está impedido por decisão administrativa*) apenada com detenção de 3 meses a 2 anos ou multa, está implicitamente revogada pelo artigo 5º, XIII, da Constituição Federal, que assegurou ser livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão.

14º Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região

79. Com relação aos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional (Lei nº 7.492 de 16 de junho de 1986) analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **correta**:

I – Aquele que divulga, propala, informação que sabe ser falsa sobre instituição financeira pratica o crime do artigo 3º da Lei nº 7.492/86 mesmo que a instituição não sofra prejuízo material ou moral.

II – O crime de gestão fraudulenta ou gestão temerária de instituição financeira (artigo 4º e seu parágrafo, da Lei nº 7.492/86), considerado crime próprio cuja configuração exige habitualidade, é infração de perigo pois atenta contra a credibilidade do sistema financeiro.

III – O chamado crime de “caixa dois” (artigo 11: *manter ou movimentar recurso ou valor paralelamente à contabilidade exigida pela legislação*) apresenta-se como tipo de norma penal em branco, é delito subsidiário, próprio e admite tentativa.

IV – A conduta descrita no *caput* do artigo 22 da Lei nº 7.492/86 (*efetuar operação de câmbio não autorizada, com o fim de promover evasão de divisas do País*) configura crime comum e o aperfeiçoamento do delito não pressupõe a saída física do numerário, mas admite tentativa.

a. A proposição III não é inteiramente verdadeira.

b. Todas as proposições são inteiramente verdadeiras.

c. As proposições I e II não são verdadeiras.

d. Apenas a proposição IV é verdadeira.

80. Marque a alternativa **correta**.

a. Para o finalismo o dolo e a potencial consciência da ilicitude da conduta representam a mesma realidade como elemento necessário para o juízo de desvalor da ação ou omissão.

b. Mesmo após a reforma penal de 1984, a “intensidade do dolo” mantém-se como circunstância capaz de provocar maior dosagem de pena, já que é relevante para o Juiz avaliar o grau de reprovação social da conduta.

c. É atípico o comportamento praticado debaixo de irresistível coação física, respondendo o coator pelo fato na condição de autor imediato em concurso com a coação.

d. O tipo do injusto culposo é considerado “tipo fechado” porque a lei taxativamente prevê as modalidades de culpa (imprudência, imperícia e negligência), sendo ao menos uma delas o núcleo do tipo.

81. Marque a alternativa **incorreta**:

a. O inquérito policial é mero procedimento administrativo de investigação inquisitorial, sem contraditório, de modo que não há direito do advogado do investigado ao acesso irrestrito aos autos do inquérito onde foi decretado sigilo imprescindível às investigações, pois prevalece o interesse público sobre o privado.

b. No caso de absolvição sumária, interposto o recurso cabível, é permitido ao Juiz rever essa decisão podendo retificá-la integralmente.

c. É relativa a nulidade decorrente da inobservância da regra de competência penal por prevenção.

d. Há abuso do direito de acusar, impondo anulação da denúncia e trancamento do processo penal, sempre que a peça acusatória imputa a prática de crime de autoria coletiva sem a descrição minuciosa e individualizada da conduta de cada um dos agentes.

82. Com relação às prisões processuais, assinale a alternativa **incorreta**:

a. O decreto de prisão do réu solto, feito na sentença condenatória recorrível ou na decisão de pronúncia, depende do reconhecimento, nessas ocasiões, de situações que justificariam a prisão preventiva.

14º Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região

b. É possível a prisão em flagrante, pela autoridade ou por qualquer do povo, do agente de crime de ação privada ou pública condicionada à representação, mas a lavratura do respectivo auto e o recolhimento do preso dependem de manifestação de vontade da vítima ou de quem possa representar.

c. O decreto de prisão preventiva deve ser adequadamente motivado, podendo a medida encontrar justificativa exclusiva: na abstrata gravidade do crime, no clamor popular decorrente da repercussão do fato, na revelia do acusado, ou ainda na ocorrência de fuga para evitar o flagrante.

d. A prisão temporária só é possível no caso de crimes taxativamente indicados na lei, aliada à necessidade da constrição para a realização de investigações policiais, ou então ao fato do indiciado não ter residência fixa ou não esclarecer sua identidade; terminado o prazo de custódia o detido deverá ser imediatamente posto em liberdade independentemente de pronunciamento judicial.

83. Avalie as proposições seguintes e indique a alternativa **correta**:

a. Proferindo decisão de impronúncia quanto ao crime doloso contra a vida, o Juiz deve decidir sobre o mérito dos crimes conexos fazendo-o por sentença em apartado, já que a impronúncia é decisão terminativa processual.

b. É juridicamente possível pedido (ação) de revisão criminal para desconstituir sentença proferida em julgamento realizado pelo Tribunal do Júri, buscando *judicium rescisorium* que venha substituir aquela decisão pela que for proferida pelo tribunal de 2ª instância.

c. A pronúncia e o acórdão que a confirmar não permanecem como causas interruptivas da prescrição na forma do artigo 117, II e III, do Código de Processo Penal, quando o veredicto do conselho de sentença desclassifica o fato para delito não incluído na sua competência.

d. A pronúncia é juízo de prelibação, em que o magistrado admite a probabilidade das imputações feitas ao réu, de modo que também deve decidir sobre ocorrência de concurso de crimes e crime continuado, bem como sobre atenuantes, agravantes e causas de aumento ou diminuição da pena.

84. Em matéria recursal pode-se afirmar que:

a. das decisões proferidas pelas Turmas Recursais, no âmbito do Juizado Especial Criminal, cabem recurso especial e recurso extraordinário.

b. o agravo em execução não tem efeito suspensivo, mas tem efeito regressivo.

c. da decisão que nega seguimento ao recurso especial e ao recurso extraordinário caberá carta testemunhável.

d. cabe apelação do Ministério Público mesmo que a sentença tenha sido proferida nos exatos termos do pedido de condenação formulado pelo *parquet* nas alegações finais.

85. Assinale a alternativa em que **todas** as assertivas estão corretas:

a. Na revisão criminal a dúvida não beneficia o peticionário – A decisão denegatória de *habeas corpus* não impede que a mesma questão seja rediscutida em sede de recurso – Transitada em julgado sentença de mérito absolutória proferida por Juiz absolutamente incompetente, não há instrumento para argüir essa nulidade – Decreta-se a revelia e abre-se prazo para o oferecimento da defesa prévia, quando réu citado por edital não comparece ao interrogatório sem justo motivo, mas constitui advogado em seu favor.

b. Não cabem *habeas corpus* e revisão criminal depois de estarem extintas as penas privativas de liberdade – Não havendo réu preso, o uso do rito comum ordinário em lugar do rito sumário que seria cabível no caso, não enseja nulidade – Quando o réu é citado por edital e não comparece ao interrogatório, nem constitui defensor, suspende-se o curso do processo e do prazo prescricional, podendo ser produzidas provas urgentes – Uma dos motivos legais para justificar o desaforamento do processo para outra comarca ou subseção judiciária, mais próximas, é a certeza sobre a parcialidade do Júri.

14º Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região

c. A sentença denegatória de *habeas corpus* submete-se ao reexame necessário – A quebra de sigilo de dados telefônicos, ainda que não configure hipótese de interceptação, não prescinde de autorização judicial – A perempção aplica-se a todas as ações penais privadas – Na ação penal de execução vigora o princípio da inércia (*ne procedat iudex ex officio*), de modo que a execução do título condenatório sempre depende da iniciativa do Ministério Público.

d. Não se incluem na atividade privativa do advogado o ajuizamento de *habeas corpus*, da revisão e do mandado de segurança em matéria criminal – No procedimento dos Juizados Especiais Criminais o recurso a ser manejado contra a rejeição da denúncia é a apelação – O que gera nulidade é a falta de intimação para oferecimento de contrariedade ao libelo, e não a falta de seu oferecimento – O desaforamento, quando solicitado pelo próprio Juiz ao Tribunal de 2ª instância, prescinde de audiência da defesa porque essa medida é sempre adotada no interesse do acusado.

86. Assinale a afirmação falsa:

a. É da Justiça Federal a competência para o processo e julgamento de crimes cometidos a bordo de embarcações que sejam de grande calado, mas não há restrições quando o delito é perpetrado em aeronaves.

b. Tramitando na Justiça Federal processo referente a crimes conexos de competência federal e estadual, se o Juiz Federal proferir sentença absolutória com referência ao delito de sua competência originária, transfere-se à Justiça Estadual a competência para a infração remanescente e cujo julgamento a ela caberia.

c. Desaparece a prerrogativa de foro privilegiado quando cessa o exercício da função, devendo o processo ainda não julgado ser remetido ao juízo comum.

d. A Justiça Militar da União tem competência para julgar também os civis, quando praticam – ainda que isoladamente – delitos contra as instalações militares.

87. Pode-se afirmar que:

a. O reconhecimento da coisa julgada só é possível quando alegada por meio de exceção, sendo que a rejeição da mesma pode ser contrastada através do recurso em sentido estrito.

b. A habilitação do assistente de acusação é possível até antes de ser proferida a sentença, e o mesmo terá direito a repetição dos atos probatórios realizados antes de seu ingresso.

c. A sentença condenatória ainda não transitada em julgado é obstáculo para a advocatória, no juízo de competência prevalente, dos processos referentes a crimes conexos.

d. Não é possível a progressão de regime de cumprimento da pena imposta ao réu que se acha preso preventivamente, antes do trânsito em julgado da sentença que o condenou.

88. Nos termos da Lei nº 9.613 de 3 de março de 1998:

a. a interdição do exercício do cargo ou função pública de qualquer natureza pode ser imposta pelo Juiz como pena acessória, pelo tempo correspondente à pena privativa de liberdade aplicada.

b. a denúncia será instruída com provas da ocorrência e autoria do crime antecedente, embora sem prejudicialidade com o efetivo julgamento desse delito anterior.

c. é ônus do réu demonstrar a licitude da origem dos seus bens que foram apreendidos ou seqüestrados como sendo objeto dos crimes previstas nessa lei, para obter a liberação dos mesmos.

d. a competência é da Justiça Federal quando o crime antecedente for praticado em detrimento de autarquias e empresas públicas.

14º Concurso Público para Provisamento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região

89. Transitada em julgado a condenação, a superveniência de lei nova mais benigna que favorece o condenado:

- a. deve ser aplicada através de revisão criminal interposta perante o tribunal.
- b. deve ser aplicada pelo próprio juízo da condenação.
- c. deve ser aplicada em sede de *habeas corpus* interposto perante o Superior Tribunal de Justiça.
- d. deve ser aplicada no juízo da execução penal.

90. Indique a alternativa correta:

- a. É possível o cumprimento no Brasil de pena privativa de liberdade imposta em Estado estrangeiro, desde que a condenação seja homologada pelo Superior Tribunal de Justiça, executando-se a sentença homologada através de carta de ordem encaminhada ao juízo competente da Justiça Federal.
- b. Encontrando-se o réu preso, a citação pessoal só é exigível se estiver recolhido em cadeia ou presídio da mesma unidade federativa em que o Juiz exerce sua jurisdição, permitida a citação editalícia quando recolhido em cárcere de outro local da Federação.
- c. Em sede de Juizado Especial Criminal, informado pelo princípio da “oportunidade regrada”, o magistrado dispõe da prerrogativa de, ao proferir decisão homologatória, alterar os termos da transação oferecida pelo Ministério Público ainda que aceita pelo autuado.
- d. Não há impedimento do representante do Ministério Público para o oferecimento da denúncia se participou da investigação criminal sobre o fato.

91 - Assinale a alternativa correta:

- a)- A decisão judicial que declara a nulidade de uma norma somente gera efeitos quando transitada em julgado.
- b)- A norma revogada por norma declarada inválida pelo juiz de primeiro grau não restaura a sua validade, senão quando transita em julgado ou em caso de repristinação.
- c)- A norma revogada não tem a sua validade restaurada quando a lei revogadora perde a sua vigência.
- d)- Uma norma revogadora de vigência temporária apenas produz seus efeitos revocatórios enquanto for vigente.

92 - Assinale a alternativa correta:

- a) - O princípio da precaução, previsto no artigo 225 da Constituição Federal, determina que é obrigatória a realização de Relatório de Impacto Ambiental em todas as obras potencialmente danosas ao meio ambiente.
- b)- O princípio da reparabilidade do direito ambiental prevê que o causador do dano será obrigado, sempre que possível a sua quantificação, reparar os danos provocados por sua ação, bem como responder pelos riscos à que expôs o meio ambiente mediante a sua atuação.
- c)- Viola o princípio ambiental da publicidade a veiculação de informação publicitária que não respeita valor ambiental.
- d)- nenhuma das alternativas anteriores.

93 - Assinale a alternativa correta:

- a)- Não corre prescrição pendendo ação de evicção.
- b)- A decadência pode ser declarada de ofício em ação de usucapião.
- c)- A prescrição fixada por convenção somente pode ser alegada pela parte a quem aproveita em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.
- d)- Não corre a prescrição contra “os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo”.

14º Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região

94 - Assinale a alternativa correta:

- a)- O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido ainda que provado depois que não era credor.
- b)- Apenas nas relações de consumo, o pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido ainda que provado depois que não era credor.
- c)- O pagamento efetuado a pessoa diversa do credor ou seu representante legal somente tem validade se por ele ratificado, ainda que reverta integralmente em seu proveito.
- d)- O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo obriga o devedor a novo pagamento se provado depois que não era credor.

95 - Um consumidor adquire uma Televisão numa loja de eletrodomésticos. No momento da aquisição foi-lhe informado que poderia pagar em até 24 vezes sem juros. Posteriormente, após três meses, vem a saber que, desde antes da sua aquisição e até hoje, o mesmo produto tem sido regularmente vendido pelo mesmo estabelecimento com desconto de 40% no caso de pagamento à vista. Assinale a alternativa correta:

- a)- A venda não padece de qualquer vício desde que o fornecedor tenha adequadamente informado o preço total do produto.
- b)- A venda violou dispositivo do CDC que obriga o fornecedor a informar o consumidor prévia e adequadamente sobre juros cobrados, ainda que a cobrança ocorra de maneira indireta.
- c)- A venda não violou nenhum direito do consumidor tendo em vista que a concessão de desconto para pagamento à vista constitui-se em liberalidade que o fornecedor pode conceder ao consumidor.
- d)- O fornecedor tem a obrigação de fornecer o mesmo desconto de 40% para o pagamento em 24 prestações.

96 - Assinale a alternativa correta:

- a)- A publicidade sempre integra o contrato de consumo que vier a ser celebrado, independentemente do meio de comunicação utilizado, bem como de eventuais ambigüidades nela contidas, as quais devem ser interpretadas em favor do adquirente.
- b)- De acordo com o Código Civil nacional, a oferta ao público equivale à proposta quando encerra os requisitos essenciais do contrato, independentemente das circunstâncias e usos.
- c)- Apenas nas relações de consumo a publicidade abusiva sempre implica na nulidade absoluta da oferta.
- d)- A oferta ao público equivale à proposta quando encerra os requisitos essenciais ao contrato, salvo se o contrário resultar das circunstâncias ou dos usos.

97 - Assinale a alternativa correta:

- a)- A eficácia fática de uma norma é condição de sua validade, mas não de sua vigência.
- b)- A condição de validade de uma norma é a sua vigência imediata.
- c)- Princípios jurídicos distinguem-se de normas por não implicarem em sanção na hipótese de seu descumprimento.
- d)- Nenhuma das anteriores.

98 - Assinale a alternativa correta:

- a)- Nos contratos aleatórios o consumidor nunca pode estar sujeito a riscos que possam importar em prejuízo a seus interesses.
- b)- A exceção de contrato não cumprido pode ser invocada no caso de inadimplemento de obrigação de reparar em unidade de condomínio.
- c)- Nos contratos bilaterais, nenhum dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro.

14º Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região

d)- A exceção de contrato não cumprido pode ser invocada quando previsível o inadimplemento da outra parte, exceto nos contratos de longa duração.

99 – Assinale a alternativa correta:

a)- Num contrato de compra e venda de produtos industriais a fixação do preço pode recair para uma das partes, desde que assim expressamente avençado entre elas.

b)- Num contrato de compra e venda de produtos industriais a fixação do preço pode recair para uma das partes, desde que assim expressamente avençado entre elas, exceto nos contratos de consumo.

c)- É anulável a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.

d)- É nula a venda de ascendente a descendente, exceto se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido, independentemente da prova da ocorrência de prejuízo.

100 – José contratou um seguro contra roubo e furto para a sua residência em período em que era elevadíssimo o índice de violência em seu bairro, em particular de crimes contra o patrimônio. Em razão disso, pagou um elevado preço pelo seguro. Meses depois, em razão de um bem sucedido programa de segurança pública e privada implantados em seu bairro, os índices de crime contra o patrimônio foram reduzidos em mais de 80%. Maria e Ticiania realizaram o mesmo tipo de contrato com a mesma seguradora. Contudo, durante o período, no bairro onde reside Maria, houve redução de apenas 3% nos crimes contra o patrimônio. No bairro onde reside Ticiania, o mesmo tipo de criminalidade teve um aumento de 20%. Assinale a alternativa correta:

a)- A seguradora poderá exigir de Ticiania uma elevação de 20% no valor do prêmio ou rescindir o contrato.

b)- José tem o direito a uma redução do prêmio na mesma proporção da diminuição da criminalidade em seu bairro, exceto se tal hipótese for expressamente excluída pelo contrato.

c)- Maria tem o direito a uma redução no valor do prêmio na mesma proporção da diminuição da criminalidade em seu bairro.

d)- José poderá exigir a revisão do prêmio ou a resolução do contrato.